

ALERTA DE SUPERVISÃO N.º 04/2020

ERS, 1 de abril de 2020

I. Suspensão da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia e de toda e qualquer prestação de cuidados de saúde oral e de higiene oral, com exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis

Considerando que têm sido rececionadas na Entidade Reguladora da Saúde (ERS), denúncias que indiciam a manutenção do funcionamento por parte de diversos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde nas áreas da medicina dentária, de estomatologia e de odontologia, com atendimento ao público, adverte-se que:

- I. Na situação de emergência de Saúde Pública e tendo em consideração o risco manifestamente acrescido de contágio decorrente do contacto permanente, regular, próximo e direto entre profissionais e utentes, foram publicados os Despachos n.º 3301-A/2020, de 15 de março e n.º 3903-E/2020, de 30 de março, que determinam, expressamente, a **suspensão de toda e qualquer atividade de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia e de toda e qualquer prestação de cuidados de saúde oral e de higiene oral;**
- II. Por força destas determinações e enquanto persistir o estado de emergência em Portugal, os diversos operadores do mercado da saúde, com estabelecimento aberto ao público e dedicados à prestação de cuidados nas áreas mencionadas, deverão adotar as medidas adequadas e necessárias à imediata suspensão da atividade e abster-se da prestação de cuidados de saúde ou higiene oral, com **exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis;**
- III. Mais se adverte que, sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional, durante o período de vigência da declaração da situação de alerta, todos os cidadãos e as demais

entidades têm o dever de colaboração e de pronta concretização das medidas que sejam determinadas para satisfação dos objetivos que justificaram a adoção da referida declaração, sob pena de incorrerem no crime de desobediência e de resistência a ordens legítimas das entidades competentes, constituindo igualmente crime, punido com pena de prisão, a propagação, a título doloso ou negligente, de doença infecciosa;

- IV.** A suspensão do registo de um estabelecimento na ERS, nos termos e para os efeitos dos artigos 15.º e 16.º Regulamento n.º 66/2015, de 11 de fevereiro, não permite a manutenção de qualquer tipo de atividade de prestação de cuidados de saúde, incluindo os atendimentos urgentes e inadiáveis.